

RURALIDADE IMPOSTA PELA PRODUÇÃO DE UMA COMMODITY EM VILA RURAL DO PARÁ

Data de aceite: 01/12/2023

Laiane Bezerra Ribeiro

PALAVRAS-CHAVE: Dendeicultura. Nordeste Paraense. Vila rural. Água Azul

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a ruralidade imposta pela produção de uma commodity na vila rural de Água Azul, município de Tomé Açu/PA. Estudos sobre ruralidades mostram que os espaços rurais estão em constante transformação com alteração do caráter de espaços tradicionais, homogêneos e de uma só função e se convertendo em espaços pluriativos, que podem ser analisados a partir de diversos olhares. Para analisar este fenômeno foi realizado um estudo de caso na vila Água Azul no município de Tomé-Açu no Nordeste Paraense. Os procedimentos constaram de observações e entrevistas semiestruturadas e não diretivas com 33 moradores de diversas idades e sexo. Os principais resultados mostram que na vila Água Azul uma nova ruralidade se evidencia relacionada diretamente com a expansão da dendeicultura na região e que se expressa tanto na morfologia estrutural da vila (com a chegada de trabalhadores), quanto nas novas atividades agrícolas e não-agrícolas que diferem substancialmente daquela dos primeiros anos de formação.

1 | INTRODUÇÃO

A produção de dendê (*Elaeis guineenses*) é uma das que mais crescem ao redor do mundo e têm expectativas de dobrar ou triplicar sua área produtiva até 2050 (MOTA; MOURÃO JÚNIOR; SCHMITZ, 2019). No Brasil, o Estado do Pará se destaca como maior produtor de dendê do país, com uma área estimada em 207 mil ha em 2016 (BRANDÃO; DE CASTRO; FUTEMMA, 2019). Os municípios do Nordeste Paraense Tailândia, Tomé-Açu, Concordia do Pará, Acará, Bonito e Moju destacam-se como maiores produtores, respectivamente. A produção dessa commodity gerou na região cerca de 16,067 mil empregos diretos na dendeicultura e integrou 1.508 agricultores familiares ao cultivo de dendê (BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015).

Levando em consideração que esses trabalhadores rurais assalariados

ou integrados à dendeicultura residem próximos ao monocultivo e as agroindústrias, o artigo trata da evidência de novas ruralidades em vila rural sob a influência da produção de uma commodity no Pará, Amazônia Oriental. Nesse estado, a produção de dendê ocorre há décadas a partir de diferentes modelos e articulação de atores públicos e privados, conforme analisado por Mota et al (2019). Entretanto, só nas duas últimas décadas acelerou-se com um novo modelo, sob o argumento da produção de agrocombustíveis com o suporte de políticas públicas como o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), em 2004, e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) em 2010 que cria diretrizes para uma produção em bases sustentáveis.

A expansão da atividade consta na pauta de debate como sinônimo da dinamização da economia pela geração de emprego e renda, principalmente aos moradores das vilas rurais próximas aos plantios e agroindústrias de beneficiamento de dendê (RIBEIRO, 2016), mas também pelos impactos indesejáveis relativos ao acesso à terra, conflitos, intenso uso de herbicidas, fungicidas, adubo e diminuição de biodiversidade (LEES et al., 2015; NAHUM; SANTOS, 2013)

Todas as evidências, apontam para transformações que, neste artigo, objetivamos analisar pela perspectiva das novas ruralidades impostas pela produção de uma commodity na vila rural de Água Azul, município de Tomé-Açu/PA.

Os estudos sobre ruralidades mostram que existem estratégias familiares, que não necessariamente refletem o abandono da agricultura ou do meio rural, ao contrário, expressam condições que permitem a esses garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar e o não congelamento do camponês como uma categoria estática, incapaz de absorver ou acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade em que está inserido. Existem, portanto, novas formas de organização que se expressam como alternativas a saída do homem do meio rural, ao desemprego e ao padrão de desenvolvimento agrário (BLANCO, 2004; CARNEIRO, 2013; WANDERLEY, 2000)

Para corresponder ao objetivo proposto, este artigo está dividido em cinco seções: sendo a primeira esta introdução; a segunda corresponde aos passos metodológicos da pesquisa; a terceira corresponde a conceituação de ruralidade; na quarta seção o desenvolvimento da pesquisa na vila rural de Água Azul, e; por fim, as principais conclusões.

21 METODOLOGIA

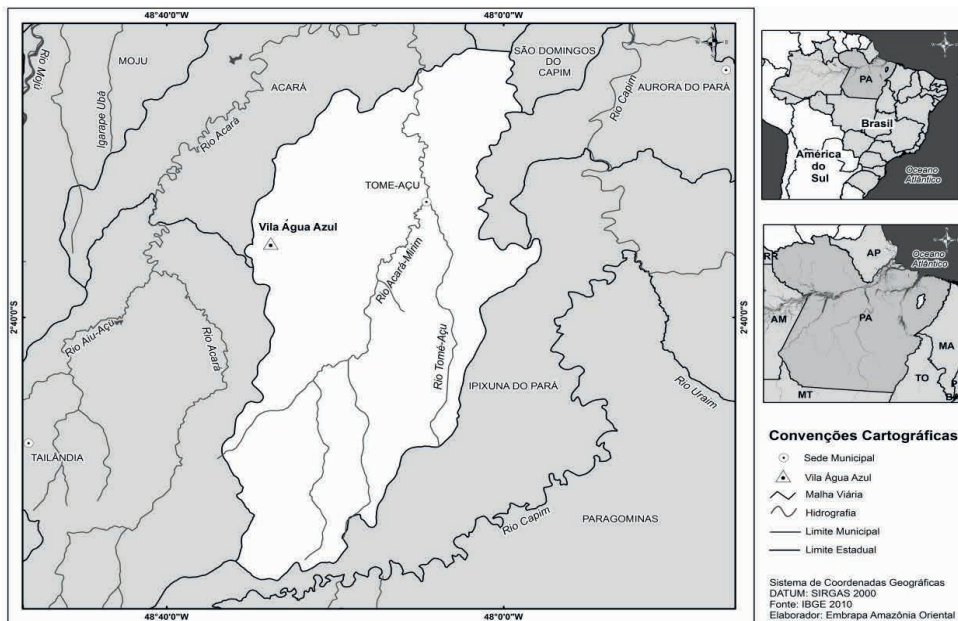


Figura 1. Localização da vila Água Azul, Tomé-Açu, no Pará. Mapa: Laboratório de Sensoriamento Remoto da EMBRAPA Amazônia

A vila é formada por aproximadamente 150 famílias, sendo as mais antigas oriundas do Nordeste do Brasil e as mais recentes de outras regiões do Estado do Pará. Em se tratando dos procedimentos, observações das atividades de produção e de lazer foram realizadas, além de entrevistas com 12 pessoas autodesignadas como chefe da família que tinham relação direta ou indireta com a dendecultura, além de 21 com residentes mais antigos e jovens da vila. A análise do conteúdo ocorreu segundo orienta Michelat (1987) com leituras horizontal e vertical das entrevistas. A contraposição entre as informações e dados relativos ao “presente” e ao “passado” foram substanciais para analisar a “ruralidade imposta” em face da produção de uma commodity.

31 RURALIDADES

Segundo Eli da Veiga (2004) existem duas hipóteses à ruralidade, a primeira referente a sua extinção dando lugar a completa urbanização, a segunda referente ao renascimento da ruralidade. Porém, para o autor a ruralidade não desaparece nem renasce, ela nasce. O nascimento dessa nova ruralidade está no fato de que ela não se resume a somente atividades agropecuárias, mas as atividades de cunho não agrícolas.

“O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas como as que hoje tanto estão valorizando

sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta, mas também no que concerne a liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência” (VEIGA, 2004, p. 64).

Veiga (2004) se detém a mostrar essa ruralidade através de atividades não agrícolas, mas que não deixam de ser rurais, gerando novas fontes de renda para o homem do campo, como através do turismo rural. Mediante as constatações do autor, Carneiro (2013), sugere que o estudo de uma nova ruralidade aponta para alternativas metodológicas que consideram o camponês como alguém versátil que absorve e acompanha a dinâmica da sociedade em que se insere, sem com tudo deixar seus valores, visão de mundo e formas de organização social.

Como demonstrado por Veiga (2004) a ruralidade não se define exclusivamente por atividades agropecuárias, mas existem novas modalidades de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas praticas assumirem novos significados através da reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se verifica em novas formas de organização da atividade rural, como alternativa ao êxodo rural, desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrário (CARNEIRO, 2013).

A definição de ruralidade sofre constantes ajustes, em razão das sucessivas mudanças e da diversificação do meio rural. As atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens se transformam, a gestão do território muda, a distribuição do povoamento se altera assim como, as relações de vizinhança (MEDEIROS, 2017).

Segundo Blanco (2004), as “novas ruralidades” não só aproveitam como também expandem as novas funções e as novas atividades no campo principalmente integrando e envolvendo as famílias rurais tanto com o poder público como com a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade ou multifuncionalidade do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro.

Os estudos sobre ruralidade mostram que os espaços rurais estão em constante transformação, alterando o caráter de espaços tradicionais, homogêneos e de uma só função e se convertendo em espaços pluriativos, que podem ser analisados a partir de diversos olhares. Comungando com essas ideias, ressaltamos as especificidades do nosso estudo de caso. Não se trata de um lugar que atrai citadinos, tampouco de uma iniciativa local, mas de um apelo de políticas públicas para operar mudanças na organização da produção, do trabalho e da vizinhança associadas à perspectiva para um modelo composto por atores com diferentes poderes na cadeia produtiva de agrocombustíveis.

4 | A VILA DE ÁGUA AZUL

Como em tantas outras vilas do Pará (RIBEIRO; MOTA; ALVES, 2017), a formação de Água Azul data dos anos de 1960 e ocorreu pela chegada de migrantes nordestinos.

Inicialmente chegaram os cearenses, e, posteriormente, maranhenses, piauienses e outros que buscavam terra para o trabalho e um local para residir com a família. As terras que hoje compõem a vila Água Azul eram terras da União e após a emancipação política de Tomé-Açu do município do Acará, iniciou-se uma grande expansão de fronteiras agrícolas ao longo do que hoje é a PA 256. A doação de terras era feita de acordo com a necessidade e tamanho das famílias dando origem a vários povoados, entre eles São Francisco de Canindé (Chibé), Sempre Alegre e a vila Água Azul.

As áreas que deram origem à formação da vila eram áreas de florestas nativas, motivo este que acabou atraindo diversos migrantes nordestinos ao escutar falar da vida tranquila que poderiam levar em Tomé-Açu, com terras férteis e água em abundância. Muitas famílias chegavam à região cheias de esperança e almejavam conseguir a fartura que não existia em suas antigas áreas no nordeste do Brasil. O que se assemelha a diversas migrações que ocorrem à região Amazônica nesse mesmo período, e em décadas anteriores, seja fugindo da seca ou em busca de um lugar prometido pelas forças espirituais também entendido como um campesinato de fronteira (VIEIRA, 2001)

As atividades iniciais dos moradores de Água Azul estavam centradas na produção de culturas alimentares de ciclo curto (feijão, arroz e milho), no extrativismo vegetal e animal e na criação de animais de pequeno porte (aves e suínos) e em menores proporções culturas de ciclo longo como: cupuaçu, cacau, açaí e pimenta-do-reino. Nesse período inicial existia uma intensa relação com japoneses¹ e dois dos entrevistados destacam que antes de começarem a trabalhar por conta própria, iniciaram trabalhando para os japoneses, na condição de diaristas, o que influenciou esses na utilização das culturas perenes. Assim, as primeiras e principais atividades estavam tradicionalmente vinculadas à disponibilidade de recursos naturais, que possibilitaram o extrativismo e a agricultura de ciclo curto “roças” no sistema de “corte e queima”.

Até os anos 2000, todos os entrevistados tinham a roça como a principal ocupação da família, e a essas dedicavam a maior parte do seu tempo e áreas de cultivos, com predominância do trabalho familiar. Prevalcia assim, uma ruralidade eivada pela tradição das roças com as inovações apreendidas com os japoneses entre famílias que se conheciam e usufruíam de uma vizinhança pontuada pelas ajudas mútuas.

Hoje na vila Água Azul são estimadas a presença de 150 famílias distribuídas em aproximadamente 130 casas e, por aproximadamente 800 pessoas. A vila Água Azul é uma das que se destaca ao longo da PA 256. As casas e os principais prédios públicos são voltados para a PA 256 que formam a principal rua da vila, que por muito tempo foi a única, com um número considerável de casas coloridas, bem estruturadas, de alvenaria e com

1 Tomé-Açu possui a terceira maior colônia Japonesa do Brasil, esses chegaram no final dos anos de 1920 e foram responsáveis pela ascensão agrícola da região de Tomé-Açu. Os japoneses aproveitaram e aperfeiçoaram a biodiversidade local (cupuaçuzeiro, açaizeiro, castanheira-do-pará, puxurizeiro, uxizeiro, bacurizeiro, piquiazeiro, etc.) associado com plantas exóticas introduzidas no passado e outras mais recentes de forma clandestina (HOMMA, 2009) on June 18, 1908. The first colonists came for Tomé-Açu (1929)

telhas de barro.

4.1 Ruralidades impostas pela produção de dendê

O cultivo de dendê no Pará, principal produtor do fruto no Brasil, pode ser compreendido em três fases como descreve Mota; Balsadi e Mourão Júnior (2019). A primeira fase (1988-1994), engloba as iniciativas de adaptação dos cultivos da palma na Amazônia promovidas por instituições de fomento à produção como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em torno da área metropolitana de Belém e nos municípios de Tailândia e Moju. A segunda fase, chamada de “consolidação”, (1995-2009), compreende uma mudança geográfica nos polos produção que se estende em direção para o Nordeste Paraense. A terceira fase, chamada de “expansão”, inicia no ano 2010 com as políticas de incentivos à produção de combustíveis limpos, e persiste até o presente.

A última fase é caracterizada por uma forte ação do governo federal através de políticas públicas como o PNPB em 2004, e o PSOP em 2010. O primeiro defendendo a produção de biodiesel como uma forma de garantir a produção de combustível alternativo ao fóssil, enquanto o segundo vem apresentar as diretrizes à produção de dendê em associação a proteção do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e a utilização racional dos recursos naturais, o respeito à função social da propriedade, a expansão do cultivo exclusivamente em áreas já ocupadas ou degradadas (LAMEIRA; ALMEIDA; LISBOA, 2020).

Nesse contexto regional e nacional de uma agenda de política sustentável, grandes corporações iniciaram investimentos nesse setor, adotando estratégias de expansão baseados em arranjos de cultivos próprios e em contratos de integração com agricultores familiares (BRANDÃO; DE CASTRO; FUTEMMA, 2019). Essa expansão ocorre, preferencialmente, no Nordeste Paraense, na microrregião de Tomé-Açu e arredores. Até 2016 existiam nove grandes empresas (Agropalma, BBB, ADM, Marborges, Denpasa, Bioplama, Palmasa, Mejer-Yossan e Dentauá) atuando na região, 1508 famílias de pequeno porte com contratos de integração e 181 produtores de médio porte com plantio de dendê. Apesar do envolvimento de agricultores familiares nesse setor, eles produzem apenas 7% da produção no Estado e o setor permanece, essencialmente, dominado por plantações empresarias (80%) (BRANDÃO; DE CASTRO; FUTEMMA, 2019) que abrangem 207 mil há no Estado do Pará (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

A expansão da dendeicultura, privilegia a microrregião de Tomé-Açu, lócus de produção de 70% da produção do estado do Pará (IBGE, 2019). Com a sua implantação, a região tem um novo arranjo com extensas áreas de monocultivo e processadoras das agroindústrias que atraíram trabalhadores para o assalariamento, essa mão de obra é, preferencialmente, absorvida das vilas rurais mais próximas aos monocultivo e agroindústrias

de dendê, além de incorporaram agricultores no modelo de produção integrada². Em consequência, o setor de construção civil e serviços se expande com pequenos negócios que geram diferentes ocupações agrícolas e não-agrícolas. Como afirma Blanco (2005), as “novas ruralidades” não só aproveitam como também expandem as novas funções e as novas atividades no campo principalmente integrando e envolvendo as famílias rurais tanto com o poder público como com a iniciativa privada.

A vila Água Azul está localizada entre as principais agroindústrias de dendê da região, entre elas, Biopalma, localizada a 7 km da sede da vila, Agropalma, em Moju, e BBB, em Tomé-Açu e Tailândia. Após a implantação e expansão dessas agroindústrias na região, outros tipos de trabalhos surgem, principalmente assalariados na dendeicultura, atendentes de comércios, moto-taxistas, pedreiros e tantos outros que aparecem pelo consequente aumento da população.

No momento da pesquisa quatro (12%) dos 33 entrevistados, tinham membros na famílias que se destacavam pela combinação entre agricultura com outras fontes de rendimento como o assalariamento nas agroindústrias de dendê (serventes, motoristas, seguranças, auxiliar administrativos, rural palmar e etc..) e outros quatro (12%) entrevistados as famílias combinavam a agricultura tradicional com a agricultura por contrato (dendê) e outras perenes (açai, cupuaçu e pimenta do reino). No entanto, mais de 50% dos moradores da vila eram assalariados da dendeicultura. Dentre esses, os mais jovens originários e novos moradores que para ali acorreram na busca de trabalho.

Das quatro famílias da vila que estavam com contratos de integração, o dendê é considerado como um item a mais dentro dos cultivos perenes que esses já desenvolvem. O dendê e outras culturas perenes estão substituindo, ou ganhando o espaço que antes eram destinadas as culturas de roça. Assim, para a vila Água Azul, o dendê não está se tornando monocultivo no lote, ao contrário, ele está compondo um sistema agrícola baseada em culturas perenes. No entanto, a mão de obra familiar não está sendo suficiente para suprir as necessidades das culturas agrícolas, gerando assim a necessidade de contratação de mão de obra para todas elas. Independente dos cultivos que desenvolvam, essa contratação de mão de obra ocasiona a geração de renda aos moradores da vila, principalmente, aos que não possuem disponibilidade de terras.

A decisão para firmar um contrato de integração ampara-se na compreensão de que ele proporcionará a participação regular em cadeias comerciais (compra garantida, crédito, assistência técnica) e, assim, aumentará a renda familiar (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019)

2 . Os contratos de integração são firmados por um dos membros da família. Por meio deles, uma área do estabelecimento é destinada ao cultivo de dendê, sob a assistência técnica da empresa contratante, para crédito e venda para a agroindústria. Os recursos que viabilizam a produção são oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), referentes ao PRONAF Eco Dendê.(MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019)Tomé-Açu, Pará, considering the debate on how oil palm cultivation impacts family labor and the trend towards agriculture with more perennial crops. The research involved three types of families: those with a contract for oil palm cultivation, those with at least one family member employed in oil palm cultivation, and families which were not involved in this activity. We found that: i

Na vila Água Azul os projetos de integração à dendeicultura são gerenciados pelos pais de família ou dos filhos mais velhos. Porém, o contrato pode estar no nome de outros, principalmente dos filhos e das mulheres (esposas e filhas). Tais projetos de integração são vistos, por esses moradores, como uma forma de permanecer no campo. Pois, garantem o financiamento da produção e a compra garantida para as empresas com a qual o agricultor firmou contrato. Para um dos entrevistados é visto como uma herança, pois acredita que se nada der certo para os filhos, esses podem retornar e cuidar do dendezal, ficando-lhes como uma espécie de garantia para o futuro e uma esperança para que os filhos retornem ao ambiente rural, pois a vida útil do dendezal gira em torno de 25 anos.

As famílias com contrato de integração foram as que apresentaram uma maior disponibilidade de terras e áreas plantadas com espécies perenes. Assim, essas famílias podem ser consideradas mais abonadas do que as demais, pois possuem mais áreas disponíveis e por isso tem mais possibilidades para investimentos.

Entre as quatro famílias que viviam do trabalho rural assalariado na dendeicultura e da agricultura, existe a referência de que a agricultura de roça é um trabalho “pesado” e quase insuficiente para satisfação das necessidades básicas, principalmente em relação ao baixo preço ofertado pelos produtos agrícolas. Por isso acabam optando pelo assalariamento.

Com as empresas de dendê nas proximidades da vila, muitos jovens optaram por um futuro diferente dos seguidos pelos pais na agricultura e “seguir por conta própria”. Em geral a busca por uma atividade assalariada, mesmo que localmente, como é o caso dos jovens da vila Água Azul, se constitui em alternativa de renda para um ou mais membros das famílias. Segundo Marin (2020), o assalariamento dos jovens rurais vincula-se também ao contexto de pobreza familiar e de baixa escolaridade, sendo então uma maneira “honrosa”, especialmente, se realizadas com registro em carteira, dando possibilidade de programação financeira e de benefícios sociais e trabalhistas. Além disso, o trabalho assalariado também está associado aos desejos de maior liberdade para viver suas próprias experiências e a busca por direitos, cidadania e demais recursos e serviços sociais. Segundo Marin (2020), o trabalho assalariado fora de casa para os jovens é fundamental para torná-los mais sociáveis e conectados com as mudanças do mundo atual. Assim, os sonhos e desejos de ampliação de renda, as dificuldades agrícolas, as novas experiências e descobertas de conhecimentos podem favorecer a decisão dos jovens pelo assalariamento.

A prática do assalariamento rural na dendeicultura pode indicar no final, algumas modificações internas que estariam ocorrendo no modo de vida dessas famílias. No entanto, em alguns casos, o tipo de trabalho realizado por estas persegue o objetivo comum de satisfazer suas necessidades econômicas individual ou familiar e acima de tudo permanecer no campo, com um trabalho que garanta os benefícios sociais e econômicos sem que seja preciso sair do meio rural.

O dinheiro ganho no assalariamento é investido na construção de casas, no lote

agrícola, na alimentação, no vestuário, medicamentos e no conforto dos que moram sob o mesmo teto. No entanto, existe entre os assalariados o sonho de voltar a viver só do trabalho agrícola, principalmente, através do cultivo de frutíferas e da pimenta-do-reino que estão tendo um bom mercado com venda garantida para cooperativa agrícola mista de Tomé-Açu (Camta).

Segundo os entrevistados, quem está recorrendo ao assalariamento na dendeicultura são aqueles membros das famílias que não possuem terra suficiente, ou seja, as famílias que chegaram mais recentemente e aquelas antigas que não possuem ou que venderam suas terras. Os assalariados estão se concentrando entre aqueles que não possuem a oportunidade de retornar ao trabalho agrícola. No entanto, constatamos que ao serem desligados do trabalho assalariado no dendê, existe um retorno e investimento no lote agrícola da família, com outras culturas agrícolas, principalmente as de ciclo longo, como as frutíferas (Açaí, Cupuaçu, cacau) e pimenta do reino.

Tais dados corroboram com o que Wanderley (2000) destaca, em que a pluriatividade não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura tradicional ou do meio rural. Ao contrário, ela pode expressar uma estratégia familiar para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar (WANDERLEY, 2000).

Podemos considerar que hoje predomina uma ruralidade eivada pelo trabalho assalariado direto e indireto na dendeicultura e uma pluriatividade entre trabalho assalariado e integrado à dendeicultura e os cultivos de frutíferas, diminuindo ou substituindo gradativamente a tradição das roças. O uso da mão de obra também se modifica com o passar dos anos, o que antes era predominantemente familiar, hoje é realizado por mão de obra contratada, gerando novas fontes de renda para as famílias locais e para as que chegam a procura de renda.

4.1.1 Novas morfologias estruturais ocasionadas pela dendeicultura

Para além das novas configurações de trabalho na vila, existem novas ruralidades que devem ser consideradas, como as especificidades e representações deste espaço rural tanto em relação ao espaço físico quanto ao lugar onde se vive (MEDEIROS, 2017).

A expansão da dendeicultura, ocasionou não somente modificações nos tipos de trabalhos e de mão de obra, mas também na morfologia estrutural da vila. Água Azul é considerada uma vila formada em torno de um centro (RIBEIRO, 2016) e por muitos anos foi constituída por uma única rua (PA 256). Segundo entrevistados, a abertura de novas ruas é recente, e ocorre após a chegada da agroindústria de dendê na região, quando um morador antigo da vila que detinha alguns terrenos, loteou a área que estavam por trás da vila. Assim, recentemente, a vila de Água Azul dá origem a um novo bairro, o qual é denominado pelos moradores de “bairro do sossego” ou, como é mais conhecido, “bairro

novo”.

Esse novo aglomerado de casas é povoado por pessoas predominantemente do próprio Estado do Pará, que chegam à procura de emprego na dendeicultura, seja nas agroindústrias ou nos cultivos de agricultores integrados. Diferentemente, da casa dos antigos moradores, essas do novo bairro são casas com instalações mais precárias, algumas sem energia elétrica ou água encanada. Wagley (1988), em seu clássico, uma comunidade amazônica, destaca que as ruas mais afastadas do centro, detém casas menos coloridas e mais desmanteladas, com menos estruturas, onde mora a população mais carente, o que não se diferenciou na vila Água Azul.

O bairro novo é formado por quatro ruas, que iniciam atrás da igreja católica. Para os antigos moradores esses “novatos” são os mais problemáticos porque não seguem o cotidiano dos moradores da vila, através das festas e movimentos religiosos, além das constantes reclamações sobre o aumento da violência na vila após a chegada dos novos moradores.

Essa nova morfologia estrutural da vila Agua Azul ocasionada pela dendeicultura, corrobora com Medeiros (2017) que, destaca as novas ruralidades ocasionam nas paisagens transformações, mudanças na gestão do território, alterações na distribuição do povoamento assim como, as relações de vizinhança.

Além da formação desse bairro, a expansão da dendeicultura na vila ocasionou o aparecimento de diversos estabelecimentos comerciais, salão de beleza, distribuidora de bebidas, bares, restaurantes e o aluguel de casa e kit-nets aos trabalhadores que migraram para o trabalho rural assalariado na dendeicultura. No momento da pesquisa esses estabelecimentos estavam, preferencialmente, na principal rua (PA 256) e eram pertencentes aos moradores mais antigos da vila.

Cabe ressaltar que, apesar de verificarmos modificações no espaço rural da vila, com destaque para a pluriatividade das famílias rurais, que aparece como alternativa de elevação da renda familiar, verifica-se que a busca dessas atividades se dá pela insuficiência da renda gerada pelas primeiras atividades desenvolvidas na vila e uma maneira dessas continuarem residir nesse espaço rural.

5 | CONCLUSÕES

Os principais resultados mostram que na vila Água Azul existe uma nova ruralidade formada por indução de uma política pública que difere daquela dos primeiros anos de formação, tanto pela morfologia estrutural da vila, quanto pela introdução de novas atividades agrícolas e não-agrícolas, mas também pelo modo dos diferentes moradores se classificarem. Essa nova ruralidade está relacionada diretamente com a expansão da dendeicultura na região.

A dendeicultura se expande na região estudada a partir dos anos 2000 através

de políticas públicas que visam além da diversificação da cadeia dos agrocombustíveis a geração de emprego e renda aos moradores de comunidades rurais próximas aos empreendimentos agrícolas. Apesar das inúmeras críticas ao dendê pelas consequências ambientais, fundiárias e outras, principalmente, para a população rural, ocorre também um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização das atividades agrícolas, que podem ser compreendidas como uma alternativa ao êxodo rural ou ao desemprego rural.

As novas ruralidades ocasionadas através da dendeicultura repercutem na vila através do trabalho assalariado e integrado à dendeicultura, com novos arranjos diferentes daqueles instituídos no passado, que tinham por base uma divisão baseada em gênero e geração. Transformações ocorreram e se evidenciam nos estabelecimentos familiares, na ocupação assalariada de seus membros e na estrutura da vila.

Esta nova ruralidade apresentada na vila rural de Água Azul, caracterizada por mudanças importantes, trouxe consigo dinâmicas que reestruturam atividades no campo, assim como origina novos locais de moradia, modos de vida e novas formas de organização dos atores locais. Nessa perspectiva, entende-se que a expansão da dendeicultura e as transformações por ela engendradas no campo não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, mas a redefinem ou reelaboram práticas que permitam a esses moradores permanecerem em seu vilarejo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. DE. **Etnografia da prática escolar**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. **Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira**: analyses e recomendações. Infobrief n. 207, Março. CIFOR. 2018.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, p. 6, 2004.

BRANDÃO, F.; DE CASTRO, F.; FUTEMMA, C. Between structural change and local agency in the palm oil sector: Interactions, heterogeneities and landscape transformations in the Brazilian Amazon. **Journal of Rural Studies**, v. 71, p. 156–168, out. 2019.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. **Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia Brasileira: análise e recomendações**. [s.l.] Center for International Forestry Research (CIFOR), 2018.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 2, p. 53–75, 2013.

- F., B.; G., S. **The state of oil palm development in the Brazilian Amazon: Trends, value chain dynamics, and business models.** [s.l.] Center for International Forestry Research (CIFOR), 2015. Disponível em: <<http://www.cifor.org/library/5861/the-state-of-oil-palm-development-in-the-brazilian-amazon-trends-value-chain-dynamics-and-business-models/>>. Acesso em: 8 abr. 2020.
- HOMMA, A. K. O. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. **Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos**, v. 9, n. 1, p. 113–133, 2009.
- LAMEIRA, W. J. DE M.; ALMEIDA, A. S. DE; LISBOA, L. S. S. Análise espaço-temporal de trajetórias tecnológicas rurais na Amazônia paraense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, 2020.
- LEES, A. C. et al. Poor Prospects for Avian Biodiversity in Amazonian Oil Palm. **PLOS ONE**, v. 10, n. 5, p. 1–17, 8 maio 2015.
- MARIN, J. O. B. Juventudes Rurais: projetos de emancipação social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 33–54, 24 jul. 2020.
- MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: **Dinâmicas do espaço agrário : velhos e novos territórios**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179–189.
- MENEGATI, R. A.; PRUDENTE, P. **Nova ruralidade? Contribuições para a compreensão do espaço rural no município de Indiana/SP**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais...**Presidente Prudente: 2005.
- MOTA, D. M. DA; BALSADI, O. V.; MOURÃO JÚNIOR, M. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 289–312, 13 dez. 2019.
- MOTA, D. M. DA; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 531–552, ago. 2019.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. DOS. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **Revista ACTA Geográfica**, p. 63–80, 2013.
- RIBEIRO, L. B. **O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais Paraenses**. Mestrado—Belém: Universidade Federal do Pará/Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, 2016.
- RIBEIRO, L. B.; MOTA, D. M. DA; ALVES, K. DOS S. Vilas rurais na Amazônia Oriental: O Nordeste Paraense em questão. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 34, n. 3, p. 339–358, 2017.
- VEIGA, J. E. DA. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 51–67, ago. 2004.
- VIEIRA, MARIA A. DA C. **À procura dos Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria-movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. Doutorado—Campinas, SP: Universidade federal de Campinas, 2001.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. v. 136

WANDERLEY, M. DE N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, p. 87–145, 2000.